

Educação e Cultura

Sinônimos ou sistemas em interação?

Nelly Aleotti Maia



A discussão do significado de *educação* e *cultura* e de possíveis relações conceituais entre esses termos pode, a princípio, parecer um ocioso exercício de semântica. No entanto, nos dias atuais, em que a globalização nos obriga a buscar, cada vez mais, um entendimento claro entre pessoas e instituições, um exame de pontos comuns ou divergências ontológicas entre essas duas idéias parece oportuno.

Os termos *educação* e *cultura* oscilam, no entendimento geral, entre a identificação e a radical diferenciação. Nos discursos, principalmente nos de caráter político, a educação é identificada com a escola ou a escolaridade e a cultura com a erudição ou o volume de informação.

A sucessão de encontros e desencontros de idéias e conceitos não é nova no Brasil. De fato, desde os tempos do Império, em que os assuntos relativos à educação eram tratados pelo Ministério da Justiça ou pelo dos Negócios do Interior, a educação e seus problemas eram identificados com a escolaridade em seus aspectos formais. Com o advento da República é criado um Ministério que recebe o curioso nome de Ministério da Instrução (identificação com a escola e a aquisição de informações), Correios e Telégrafos. Bem mais tarde individualiza-se a educação, chegando-se, em 1930, a criar o Ministério da Educação e Saúde. Posterior-

mente, começa o imaginário brasileiro a reconhecer as relações entre educação e cultura denominando o Ministério como da Educação e Cultura. Governos mais recentes reconhecem a individualidade da cultura, criando um ministério próprio, deixando a educação unida ao desporto. Temos, atualmente, o Ministério da Educação e do Desporto.

Não é, porém, objeto deste trabalho, um histórico das instituições educacionais, mas, os exemplos acima ilustram a oscilação das representações conceituais de educação e cultura.

Que se pensa, hoje, de educação e cultura? Serão esses dois termos apenas um binômio dentro do extenso campo do conhecimento ou se pode reconhecer, entre esses dois conceitos, uma relação sistêmica?

Que é, exatamente, educação? Dentre as muitas respostas pertinentes a essa pergunta a mais simples será, talvez, a mais satisfatória, ao menos, para um confronto com o conceito de cultura. Digamos que educação é uma aprendizagem valo-

rizada. Não nos iluda, no entanto, a concisão da frase. Embutidos nela estão os conceitos de aprendizagem e de valor.

Expressam esses conceitos o caráter aquisitivo, cumulativo e transformador da educação. O primeiro ressalta que a educação requer experiência anterior, integrada e modificadora do comportamento humano. Isso equivale a dizer que não há educação sem aprendizagem, afirmação que, por sua vez, equivale a dizer que a educação dependerá de uma inserção do indivíduo na cultura e de uma transmissão de formas e produtos grupais. O segundo conceito – valor – é o diferencial entre educação e aprendizagem, qualificando esta última como *positiva* ou *negativa*. No primeiro caso – aprendizagem positiva – está presente o aspecto cultural, em que padrões e normas se colocam como os objetivos ou fins educacionais. Tal relação, porém, não vai a ponto de identificar os dois conceitos.

Sem elaborar demasiado sob os aspectos antropológico, sociológico ou filosófico, pode-se entender a cultura como tudo o que o homem faz, possui ou aquilo em que acredita. Em outras palavras: toda transformação que o homem provoca no meio ou em si mesmo. Assim, cabe, aqui, o conceito de educação de Durkheim que a vê como a transmissão da cultura em cada geração e que, por isso mesmo, conserva e renova essa mesma cultura. A renovação pode ser feita assistematicamente, pela simples acumulação da experiência e seleção natural das melhores formas, aquelas que mais beneficiem o grupo, ou de maneira sistemática ou estruturada, institucionalizada.

Somos levados, então, a reconhecer que há, sempre, duas formas básicas de educação: a formal ou sistematizada e a não-formal ou não sistematizada. A primeira, presente nos grupos desenvolvidos,

corporifica-se na escola, instituição que surge quando o “volume” da cultura é tal que se torna impossível sua divisão igual por todos os membros do grupo. Paralelamente, processa-se outro tipo de educação, sem elementos individualizados como currículos, programas, horários etc., mas, circundando o indivíduo desde o nascimento, possibilitando-lhe as formas básicas de comunicação (como, por exemplo, a linguagem), padrões de comportamento favorecedores do ajustamento, modelos éticos, crenças. Enquanto que a educação formal (escolar) é altamente significativa para a aquisição de informações indispensáveis à inserção produtiva na sociedade (principalmente pela formação profissional), a segunda tem sua importância evidenciada na formação moral do homem.

O reconhecimento do sentido e da importância da educação não-formal agigantou-se nos últimos anos levando, até, alguns autores adeptos de uma “pedagogia radical” a propor uma sociedade sem escolas. Dentre estes avultam Ivan Illich com seu livro *Instrumentos para a Convivibilidade*¹ e Everett Reimer com *A Escola está morta*². É claro que em grupos altamente desenvolvidos, com formas tecnológicas sofisticadas, será impossível simplesmente suprimir a escola substituindo-a por uma forma de aprendizagem participativa ou através do exemplo. Ninguém se tornaria um neurocirurgião ou um “virtuoso” do violino por um processo apenas participativo. Independentemente dessas opiniões radicais, o papel da educação não-formal na construção do homem não pode ser minimizado.

A educação é, sem dúvida, um processo dual ou, se quisermos adotar um modelo comparativo, recorreremos à idéia de sistema, considerando-a como resultante de dois sistemas em constante interação. Em que pesem as críticas feitas por alguns

¹ Illich, Ivan *Tools for Conviviality*, Harper & Row, New York, 1973.

² Reimer, Everett, *School is Dead*, Doubleday & Company, New York, 1972.

autores à teoria de sistemas, tomar o modelo para a explicação simplificada de relações entre fenômenos complexos ainda é um auxílio analítico válido.

Nessa linha de pensamento, fica claro que a educação não pode ser apenas igualada à escola e nem tampouco igualada à cultura, mas, resulta desta última e, ao mesmo tempo, a realimenta. A cultura do grupo fornece os objetivos e molda os processos grupais na formação educacional do homem. Este, por sua vez reinjeta na cultura o resultado e os produtos da sua criatividade, complementando a idéia *durkheimniana* de que a educação transmite a cultura, em cada geração e, assim, a conserva e renova. O conceito de cultura identifica-se com o de *herança social*, algo que as novas gerações recebem das que as antecederam. A cultura é, por conseguinte, cumulativa. Se não conservada, se destrói; se não renovada, desgasta-se em um processo autofágico.

Ora, conservar e renovar são idéias antinômicas e quase mutuamente excludentes. No entanto, cabe à educação harmonizá-las e torná-las realidade. A educação tem, portanto, papel decisivo com relação à cultura, pois, ao mesmo tempo em que é responsável pela transmissão dos processos e dos produtos culturais (desde a linguagem até os conhecimentos científicos e filosóficos e os padrões estéticos expressos na arte) deve, também, desenvolver a criatividade para renovar esses mesmos processos e produtos. Nas sociedades desenvolvidas e, em nossos dias, essa tarefa é um grande desafio. De fato, como conciliar o ritmo frenético do avanço tecnológico com os valores de uma cultura, por vezes, tradicional e resistente à inovação? Como entregar a um homem psicologicamente despreparado para o novo, os últimos instrumentos de uma mudança material totalmente inesperada? Se, para o integrante comum da sociedade isso é um desafio, para os educadores é uma tarefa assustadora. Desde o professor que, em sala de aula, deve transmitir informações que, não raro, o

jornal da manhã já substituiu, registrando sua obsolescência, até os pais, que se defrontam com padrões de comportamento, por vezes chocantes, na educação de seus filhos, o aspecto gigantesco desse problema está presente.

A diferença do ritmo e da velocidade em que a educação (principalmente a formal) e a comunicação se verificam é sensível. Enquanto que a educação, mais especificamente, a escola necessita absorver e processar a informação antes de transmiti-la, a comunicação, mormente, servindo-se dos meios tecnológicos, é imediata. Isso vale não só para os processos intragrupais, mas, principalmente, para processos intergrupais. O fenômeno hoje designado por globalização transpõe fronteiras culturais e, de certo modo, desfigura identidades de culturas. Estas perdem, por vezes, seus valores, recebendo outros, de outras culturas, sem criticá-los, simplesmente por sedimentação. Nesse processo, pode ocorrer o fenômeno da contracultura, caracterizado desde a década de 70 por Vonnegut, autor norte-americano, que alertava para culturas desfiguradas e, até mesmo, destruídas por justaposição de valores. A educação passa, então, a ter um papel de “transportadora” de produtos e formas, de valores, enfim, que a sociedade nem examinou, nem escolheu, apenas recebeu.

Cabe, aqui, uma ponderação sobre o processo geral de mudança social, sua natureza, a velocidade em que se efetiva e os processos subjacentes.

A mudança social é um processo de transformação da cultura, resultante de vários fatores.

O primeiro é a necessidade, para o homem, de resolver problemas. Da cura de uma doença ao controle de alterações climáticas; da produção de alimentos à construção de casas; da fabricação de materiais ao controle do comportamento; tudo, enfim, no meio que o cerca (seja ele físico ou social) é um desafio para o desejo de conhecer, para a necessidade de agir, mobilizando a sua

criatividade. No caso dos primitivos, cuja cultura ou herança social é limitada, os desafios são imediatos e ligados diretamente à sobrevivência e os problemas são resolvidos pela prática (experiência direta) e pela observação. Nas sociedades desenvolvidas, há todo um arsenal tecnológico de instrumentos e de métodos a levar o homem a uma busca ordenada e sistemática das soluções dos diversos problemas. Denomina-se esse processo, genericamente, pesquisa. Esta leva à descoberta e esta, por sua vez, acarreta a utilização prática, criando novos desafios. A mudança é, portanto, cíclica. O tempo em que essas fases (desafio-pesquisa-descoberta-utilização) se desenrolam não é, porém, uniforme podendo, por exemplo, levar, entre pesquisa e descoberta ou entre descoberta e utilização prática, meses, dias ou anos.

Evidencia-se, mais uma vez, o papel dos processos facilitadores da comunicação na sociedade que contribuirá para a efetivação da mudança. Enquanto que, nas sociedades primitivas, predominam, a comunicação oral, a imitação e a observação direta; nas sociedades desenvolvidas, há meios tecnológicos e processos específicos que agilizam a mudança.

Papel de importância especial será reservado à educação. Esta é, a um tempo, produto da mudança, de vez que as modificações atingem no conteúdo e na forma, e parte do processo, pois, é sua função desenvolver a pesquisa, o conhecimento e os processos comunicadores.

E, dentro desse contexto da dinâmica cultural, pode-se distinguir, mais uma vez, a coexistência das duas formas de educação – formal e não-formal – dentro da cultura e envolvendo o homem.

Conseqüências importantes advêm do reconhecimento dessa interdependência ao se pretender examinar as relações entre cultura e educação.

A primeira seria uma *filosofia da educação* holística, em que ambos os aspectos fossem vistos

como faces de um mesmo fenômeno a se complementarem mutuamente. A nortejar qualquer ação prática estaria um entendimento dos valores culturais próprios de cada sociedade e de seu tempo. E eis, aqui, a constatação, mais uma vez, da interação entre educação e cultura.

Decorrente, ainda, dessa constatação seria a necessidade óbvia da formulação de uma política educacional que expressasse a relação educação-cultura-valor. Isso recairia, naturalmente, no campo administrativo. Planos, diretrizes, leis relativas à educação não deveriam ser produzidos aleatoriamente ou dissociados do caráter cultural da sociedade, de seus valores ou, pior, para aderir a “modismos” pedagógicos, muitas vezes importados e, simples e ingenuamente, transplantados. Não será ocioso ressaltar, sob esse aspecto, a necessidade de coerência entre diretrizes gerais de uma política educacional que devem traduzir uma filosofia da educação e as determinações específicas como leis, regulamentos, reformas. Não é difícil registrar a incoerência ou, até, a contradição entre letra e espírito de leis gerais e reformas setoriais. Proclama-se a necessidade de formar o cidadão e se adotam reformas curriculares representativas de um treinamento estreito, apenas para dar um exemplo. Cuida-se de reformas de estrutura escolar, currículos, programas e se ignora a ação dos meios de comunicação ou da comunicação social em geral. O uso de incorreções de linguagem, de impropriedades, a exposição indistinta de crianças e adolescentes a espetáculos de carência ética ou que causam impacto emocional negativo sob a égide de um suposto respeito a “direitos à informação” demonstram a total negligência na consideração da educação não-formal.

A reflexão sobre o exposto nos conduz a outras constatações como a amplitude ou a abrangência da educação na sociedade. De fato, a educação transcende, no seu âmbito, a parte abstrata da

aquisição de conhecimentos ou informações, a da adoção de padrões de comportamento ou a dos preceitos morais. A educação se efetiva, também, na “praxis”, sendo responsável pela manutenção da saúde, pelo exercício da cidadania, própria de uma consciência social. O entendimento da educação como algo que vem “depois” da saúde ou da habitação ou da sobrevivência social é tão absurdo como se pensar que a circulação do sangue vem “depois” da respiração ou que a nutrição é menos importante que a função renal. A sociedade, como organismo vivo, tem, na educação, o atendimento a todos os aspectos de sua dinâmica. Mais uma vez, a concepção holística se faz necessária para que se veja na educação todos os aspectos: o intelectual, o físico e o ético. Nenhuma novidade. Desde Platão (século IV a.C.) que preconizava a educação física aliada à intelectual e à ética (sendo que na linha socrática as duas últimas se uniriam), Juvenal (século II), Locke (século XVII), Herbert Spencer (século XIX) até nossos dias, o entrelaçamento das diversas formas de educação é reconhecido como necessário.

Last, but not least, na linha das conclusões: a constatação de um divórcio entre o discurso e a ação social no que tange à educação. Esta continua a ser vista como um assunto meramente administrativo, cabendo a políticos, legisladores, eventualmente a professores, agir. A sociedade como um todo não se envolve, talvez pela falta de sensacionalismo imediato dos assuntos educacionais. No entanto, ao se refletir sobre a problemática de nosso tempo e os aspectos mais chocantes das graves patologias sociais não será difícil ver a responsabilidade do desprezo à educação nesse conjunto trágico. Desemprego, fome, alcoolismo, uso

de drogas, violência, eis alguns exemplos. Como trabalhar sem qualificação? A diferenciação da cultura exige especialização. A fome, muitas vezes não é não *ter* o que comer, mas, não *saber* o que comer. A ignorância do valor nutricional dos alimentos perpetua a desnutrição. As fugas químicas (drogas) são, com frequência, resultado de poucas opções de lazer.³ E não pode ser a violência uma forma de protesto indiscriminado? E por que não associar a ausência de educação às condutas anômicas de um modo geral?

Na discussão proposta das relações entre educação e cultura, além do aspecto sistêmico já visto, haveria outro, também, bastante significativo – o dos limites à educação. É até intuitiva a constatação de que não se pode educar ilimitadamente; ou seja, não se pode propor fins para a educação desconhecendo alguns fatores que a limitam como, por exemplo, características genéticas do educando ou seu momento evolutivo. Seriam, esses exemplos, aspectos biológicos e psicológicos dos limites à ação educativa. Há, porém, a se considerar, os limites sociológicos, que seriam representados pela cultura do grupo. É evidente que se educação e cultura têm uma interação sistêmica será, também, evidente que uma limita a outra. Em outras palavras: se cabe à educação transmitir os produtos da cultura (materiais ou não-materiais), servindo-se dos processos culturais de uma determinada sociedade, não irá ela além desses limites. Um exemplo simples: uma cultura ágrafa não utilizará livros, uma cultura pré-científica não transmitirá conhecimentos sistematizados de Física ou de Química. Desse modo, independentemente da carga genética dos indivíduos, sua aprendizagem estará circunscrita aos elementos que

³ Durante a Revolução Francesa, Condorcet, em seu Informe à Assembléia Legislativa, em 1792, já ponderava que muitos dos chamados “vícios” das classes desfavorecidas resultavam de não saberem como usar seu lazer e não de defeitos ou perversões, como se supunha. Propunha, então, programas de entretenimento popular para sanar a situação, sugestão que não perdeu a atualidade.

a cultura permite. Entretanto, essa ótica se refere primordialmente ao aspecto conservador da educação. Não deverá ser esquecido que, enquanto a educação transmite produtos e formas culturais conservando-os, esse mesmo processo de transmissão se destina ao homem, ser dinâmico e ativo que não é apenas um receptáculo de informações ou um autômato reproduzidor de atitudes.⁴ Enquanto recebe o que lhe é transmitido ele reelabora os conhecimentos e as experiências em geral, modificando-os pela criatividade e pelos resultados de sua própria experiência. Além da visão de Durkheim (conservação e renovação da cultura), já mencionada neste trabalho, caberia, aqui, uma reflexão sobre a concepção dos pragmatistas de um modo geral, destacando-se Dewey, com sua teoria da reconstrução da experiência, considerando os resultados da ação, modificando e direcionando as ações subseqüentes.

Mais uma evidência de que educação e cultura são dois sistemas interagindo: o fato de a cultura ser um limite à educação e desta última alterar as fronteiras desse limite.

Na interação desses fenômenos, porém, há algo demasiado importante para ser negligenciado: a tomada de decisões quanto ao que conservar e ao que renovar; ou seja, que formas e produtos culturais deverão ser preservados e quais os que serão abandonados ou substituídos por outros? As decisões serão, inquestionavelmente, resultado da cultura. Será esta que fornecerá aos membros da sociedade que diretamente influenciarão a mudança, os elementos determinantes, em outras palavras: os valores. É, sem dúvida, a cultura do grupo que mantém ou altera os valores – bom – mau; justo – injusto; belo – feio; sagrado – profano etc.

Em termos mais simples, ou, até, singelos: ela determinará o que será *melhor* para a sociedade e, obviamente, o que a educação deverá transmitir.

Os fenômenos culturais, porém, não se verificam, na prática, de maneira simples e harmoniosa como a análise feita acima. Há ameaças a essa desejável harmonia. A mais poderosa é a de se deixar, na cultura e na educação, “vazios axiológicos” ou seja, a ausência de valores e ações correlatas, permitindo que conteúdos exógenos ou endógenos contrários ao próprio espírito da cultura ocupem esses vazios. A “contracultura” já mencionada poderia ocupar esses espaços ou desajustamento individual e patologia social poderiam ocorrer.

Constata-se, então, que educação e cultura não são sinônimos, mas, dois fenômenos com estreita interdependência, coexistindo e interagindo na sociedade, podendo-se, até, afirmar que guardam entre si uma relação de mútua responsabilidade. Responsabilidade, também, seria a do cidadão, enquanto “animal político”, como o definia Aristóteles, zelando para que a interação se processe de forma dinâmica, conservando e renovando a cultura, sem “vazios axiológicos”.

Lembremos McLuhan quando diz *na nave espacial Terra não há passageiros; todos são tripulantes*.

Nelly Aleotti Maia – Doutora e livre-docente pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-doutorado na Universidade de Illinois (EUA). Titulação especial em Política e Estratégia Brasileiras (Escola Superior de Guerra).

Professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Emérita da ECEME. Conferencista do CEP.

Vice-Presidente do International Council on Education for Teaching. Tem 60 trabalhos publicados no Brasil e no exterior, alguns premiados em concurso.

Recebeu diversas condecorações e honrarias, brasileiras e estrangeiras. Conferencista convidada para proferir palestras em eventos internacionais (EUA, Singapura, Tailândia, França, Itália, Alemanha, Turquia, Brunei, Jordânia, Omã).

⁴ Seja lembrado Plutarco (s. I) que dizia “o espírito do aluno não é um vaso que se deve encher, mas, uma lareira que se deve acender”. Essa afirmação mostra que, ainda em fase pré-científica da Pedagogia, pessoas dotadas de intuição educacional reconheciam o papel da criatividade.